

9. História da normatização linguística da língua galega:

Referências:

COSTAS CASAS, X.X. et al. **Nova Gramática para a aprendizaxe da língua**. Vigo, Via Láctea, 1988.

FERNÁNDEZ REI, F., SANTAMARINA FERNÁNDEZ, A. A situación do galego em Galicia e no Occidente de Asturias, de León e de Zamorra. *In: ESTUDIOS DE SOCIOLINGÜÍSTICA ROMÁNICA: LÍNGUAS E VARIEDADE MINORIZADAS*. Santiago de Compostela, Imprenta Universitaria Campus Sur, 1999, p. 27-82.

Fishman, J. **La sociología del lenguaje**. Madrid, Cátedra, 1979.

HEGER, Klaus. **Relaciones entre lo teórico y lo empírico em la dialectología**. Lexis 4, 1, 1969, 1980, p. 1-26).

MONTEAGUDO, H. **Historia Social da língua galega**. Vigo, Galaxia, 1999.

OLIVEIRA, A.R. **Trobadores e Xograres. Contexto histórico**. Vigo: Xerais, 1995.

REALACADEMIA GALEGA. **Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego**. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2005.

SANTALHA, José Martinho Monteiro. **Unificación ortográfica galego-portuguesa. Lingüística e sócio lingüística galaico-portuguesa**. Braga, Revista Galaico-Portuguesa de Sócio-Pedagogia e Sócio-Lingüística, 1985, v.4-5, p. 57-70.

Introdução

A região autónoma da Galiza, onde se fala o galego, 'é composta por aproximadamente 2,7 milhões de falantes, segundo o INE (2022). Nas regiões de fronteira, esta língua é falada nas Asturias na Terra Navia-Eo (45 mil falantes), em León, nos Ancares Orientais e n'O Bierzo ocidental (30 mill) ; em Zamorra n'As Portelas. A população galega ocupa na sua maioria aldeias e vilas, algumas delas com escassa população. As cidades mais importantes são A Coruña, Ferrol, Santiago de Compostela, Vigo, Lugo, Pontevedra e Ourense.

Na Galiza, coabitam duas variedades românicas aparentadas, mas que integram línguas históricas diferentes. Originárias do latim, mas que por questões políticas, entrelaçaram a sua história linguística. Um dos critérios para avaliar o espaço variacional entre línguas que disputam um mesmo território é tentar mensurar o grau de cultura que ambas ocupam. Passemos a analisar a história social da língua galega para que possamos entender o seu processo de normatização.

1. Período medieval

Os falantes da língua galega podem orgulhar-se material linguístico-cultural contido nas cantigas trovadorescas compostas no Noroeste Peninsular, entre os séculos XIII e XIV. Os estudos dessa documentação tiveram início somente a partir do século XIX, quando foram descobertas as referidas cantigas. Nos séculos XII e XIII, essas cantigas eram de tradição provavelmente oral; o legado escrito dessas cantigas, compiladas em cancioneiros, data de meados do século XIV. Oliveira (1995, p.62-63) sugere uma cronologia para a implantação dessa modalidade de composição escrita. O primeiro período fundamenta-se na importação do modelo provençal, denominado de **aclimatação**, entre 1200 e 1225; o segundo chamado de **implantação**, entre 1225 e 1250, constitui-se da incorporação do modelo de reelaboração para os moldes peninsulares; o terceiro denominado de **esplendor**, entre 1250 e 1300, é o período em que as cortes régias incentivam e fomentam a sua produção e, finalmente, o **refluxo**, entre 1300 e 1350, refere-se ao final do período trovadoresco. Compor na lírica trovadoresca em toda a Península Ibérica, significava dominar esta língua romance. O corpus medieval é composto pelas Cantigas de amigo, de amor, de escárnio e maldizer o Manuscrito Vindel e à coleção dos milagres das Cantigas de Santa Maria do rei Afonso X, o sábio. Quanto à prosa, na Idade Média, temos obras de caráter histórica como A Crônica galega geral, Crônica de Sta Maria de Iria, hagiografia, como em Miragres de Santiago geralmente traduzidas do castelhano ou do latim. Chegou-nos até os dias de hoje. Os textos notariais temos textos privados, testamentos, livros de contas, demandas. Em textos científicos, Tratado de albeitaría do séc. XV. Em textos religiosos, leituras sagradas e sermões (MONTEAGUDO, 1999, p.124).

A penetração do castelhano na Galiza se deu no séc. XIII, no reinado de Fernando III, fortalecendo-se no sec. XIV, devido à disputa pela coroa de Castela entre Pedro I e Henrique II, saindo-se vitorioso este último. A nobreza galega, derrotada por apoiar Pedro I, foi substituída por nobres castelhanos, processo que se consumou definitivamente no reinado dos Reis Católicos (sec. XV). Além da administração política, a igreja também é dominada por eclesiásticos de fala não galega. Um dos critérios para avaliar o espaço variacional de línguas, em situação de diglossia, consiste em que uma língua no seu desenvolvimento de cultura, disponha de escrita, quer literária e não literária. Neste aspecto, o galego, neste período, dispôs de uma condição favorável relativa, pois ainda dispunha de uma composição literária, emissão de documentos notarias em língua galega, entretanto, nos séculos seguintes, sofrerá uma política castelhanizante.

2. Dos séculos XVI ao XIX

Esta etapa é muito obscura para a língua galega. Enquanto as línguas românicas se codificam e se fortalecem como línguas estatais, o galego assiste a sua decadência sociocultural, restringe-se à oralidade e estamentos sociais menos favorecidos. Formaliza-se a diglossia social: galego, língua das camadas populares e castelhano, das camadas sociais mais elevadas. A igreja, dividida entre o latim, como língua atos religiosos e o castelhano, como língua de comunicação com a população. Alguns eclesiásticos, entretanto, se insurgiram quanto a este estado de coisas. Entre eles, Padre Sarmiento (Sec. XVIII) que defendeu que o galego fosse utilizado na alfabetização e na administração e na Igreja. Segundo Fernández Rei (1999, p30), a sua obra “constitui o início da linguística científica”.

Entretanto, será em meados do séc. XIX que assistiremos o início de uma fase ‘moderna’ para a língua galega. Um período intitulado “Rexurdimento”, cujos expoentes iniciaram a história literária e linguística modernas do galego. Através de Rosalía de Castro (1837-1885) com a publicação de ‘Cantares Galegos’ (1863), Curros Enriquez (1851-1908) e E. Pondal (1835-1917). A língua na qual escreviam foi forjada em uma construção da elite letrada, pois a população galego-falante estava concentrada no meio rural e não alfabetizada em castelhano, e o galego, estava circunscrito a este ambiente rural, na modalidade oral.

Além da administração política, a igreja também é dominada por eclesiásticos de fala não galega. Um dos critérios para avaliar o espaço variacional de línguas em situação de diglossia consiste em que uma língua no seu desenvolvimento da cultura da língua, disponha de escrita, quer literária e não literária. Neste aspecto, o galego, neste período, dispôs de uma condição favorável relativa, pois ainda dispunha de uma composição literária, emissão de documentos notarias em língua galega, entretanto, nos séculos seguintes, sofrerá uma política castelhanizante.

3. Dos séculos XVI ao XIX

Esta etapa é muito obscura para a língua galega. Enquanto as línguas românicas se codificam e se fortalecem como línguas estatais, o galego assiste a sua decadência sociocultural, restringe-se à oralidade e estamentos sociais menos favorecidos. Formaliza-se a diglossia social: galego, língua das camadas populares e castelhano, das camadas sociais mais elevadas. A igreja, dividida entre o latim, como língua atos religiosos e o castelhano, como língua de comunicação com a população. Alguns

eclesiásticos, entretanto, se insurgiram quanto a este estado de coisas. Entre eles, Padre Sarmiento (Sec. XVIII) que defendeu que o galego fosse utilizado na alfabetização e na administração e na Igreja. Segundo Fernández Rei (1999, p30), a sua obra “constitui o início da linguística científica”.

Entretanto, será em meados do séc. XIX que assistiremos o início de uma fase ‘moderna’ para a língua galega. Um período intitulado “Rexurdimento”, cujos expoentes iniciaram a história literária e linguística modernas do galego. Através de Rosalía de Castro (1837-1885) com a publicação de ‘Cantares Galegos’ (1863), Curros Enriquez (1851-1908) e E. Pondal (1835-1917). A língua na qual escreviam foi forjada em uma construção da elite letrada, pois a população galego-falante estava concentrada no meio rural e não alfabetizada em castelhano, e o galego, estava circunscrito a este ambiente rural, na modalidade oral.

4. O século XX

Um movimento que impulsionou a língua foi encabeçado pela Irmandades dos Amigos da Fala da Coruña (1916), outras seguiram-se a esta: Santiago, Monforte, Pontevedra, Ourense, Vilalba (FERNÁNDEZ REI, 1999, p.31). Estas associações alçaram alcançar outros âmbitos na política e criaram o Partido Galeguista em 1931. Obras de caráter científica começam a ser veiculadas, além de jornais, como ‘A nossa Terra’. O século XX se inicia com intelectuais comprometidos com a Galiza, no plano político, linguístico e cultural tais como Rodriguez Castelao (1886-1950), Vicente Risco (1884-1963), Otero Pedrayo (1888-1976), López Cuevillas (1886-1958). Criaram a revista intitulada ‘Nós’, estendendo-se para o grupo a alcunha de geração Nós. Ao mesmo tempo que reclamam uma modernização política e social para a Galiza, proporcionam uma modernização terminológica e um desenvolvimento estilístico para a língua. Neste período, surgem obras escritas literárias, científicas, a saber, etnográfica, geografia, arqueologia, pré-história, ciências naturais a partir do Seminario de Estudos Galegos (1936). Não podemos deixar de considerar que todos estes movimentos ficaram à margem das instituições públicas. Do ponto de vista gramatical inaugura-se uma proposta descritiva com a gramática de Saco y Arce (1835-1881) intitulada Gramática Gallega, sendo a única gramática a ser elaborada, até surgir a Gramática Elemental del Gallego Comun de Carballo Callero, em 1966. Esta gramática foi impressa pela Editorial Galaxia, criada nos anos 50 do século XX, e detém os direitos autorais desde este período de

escritores que contribuíram para a construção nacional da cultura letrada da Galiza. Além de promover as culturas de línguas luso-brasileiras. A elaboração do dicionário Gallego-Castellano (1884) de Marcial Valladares. A criação da Real Academia Galega em setembro 1906, cujo lema “ colligit, expurgat, innovat”, presidida por Manuel Murguía, foi impulsionada em Havana, Cuba, pela Sociedade Protetora da Academia Galega, criada por emigrantes galegos. Neste período, o galego não gozava de prestígio entre os seus falantes. Manuel Murguía e López Ferreiro (1837-1911) buscavam enaltecer as raízes históricas da Galiza. Em 1936, a ditadura franquista ceifou a dinamização da cultura letrada galega e muitos destes expoentes foram exilados.

4.1. **Novas perspectivas na segunda metade do século XX**

A dinamização cultural e política nos anos 60 e a rejeição ao modelo unilíngue na Galiza, propiciou a criação de movimentos e associações culturais com o objetivo de defender o galego. Em 1960, foi autorizado o ensino facultativo do galego na Universidade de Santiago de Compostela, em 1970, o governo franquista autoriza o ensino opcional de galego nas escolas e institutos. Ainda que o grau de inteligibilidade mútua entre o galego e o castelhano seja alto, que o desenvolvimento histórico da língua galega tenha sido interrompido no séc. XII, esta língua, relegada ao âmbito oral, chegou ao século XX ainda sendo muito falada, principalmente no meio rural. Como normalizá-la em outros espaços nos quais o castelhano dominava? E qual o sentido de normatizá-la? Como escolher e codificar esta língua?

Foi através do Estatuto de Autonomia da Galiza, promulgado em 06 de abril de 1981, que o galego foi referendado como uma língua cooficial na Galiza, juntamente com o castelhano. Em 1983, o Parlamento da Galiza aprovou uma Lei de Normalização Linguística, cujo objetivo precípuo é de que seja normalizado em todos os espaços sociais. A discussão em torno de uma proposta normativa envolveu vários agentes da intelectualidade galega.

Passemos a apresentar os antecedentes das propostas de normatização para a língua. Na década de 80, surgiram várias propostas de normatização, preconizadas por linguistas e filólogos. Dentre elas, duas correntes se destacaram: a *Autonomista* (que se tornou oficial), e a *Reintegracionista*, que se subdivide em normativa dos máximos e a dos mínimos ortográficos. As referidas normas podem ser assim explicitadas:

a) A *Autonomista*, proposta pelo *Instituto da Lingua Galega*, foi a que se tornou oficial e foi sancionada pela *Real Academia Galega*. Veiculada em documentos oficiais, na escola, em órgãos públicos entre 1982 até meados de 2003. A sua elaboração prioriza a continuação da língua falada por sua comunidade, depurando-a da pressão linguística do castelhano. Baseou-se em uma língua supradialetal, não colocando em evidência algum dialeto em detrimento de outro. As escolhas normativas encontram-se em consonância com as demais línguas românicas, mas com independência destas. Valorizam a contribuição do português europeu e brasileiro, mas as escolhas normativas se pautaram na língua galega.

b) A Comissão Lingüística da Associação Galega da Língua, junto com a *Associação de Amizade Galiza-Portugal* e a das *Irmandades da Fala*, visa reintegrar o galego ao galego-português. Propõem a normativa moderna do português europeu, com algumas adaptações ao galego. A corrente linguística dos **Máximos Ortográficos** pretende recuperar a origem comum medieval. Santalha (1985: 63), presidente das Irmandades da Fala, postula que se o galego se isolar da normativa do português, haverá a intrusão de castelhanismos na língua. Restará ao galego a sua identificação como um dialeto do castelhano.

c) A *Comisión de Lingüística da Xunta Pre-Autonómica* integra o *Reintegracionismo*, mas elaborou a norma denominada dos **Mínimos Ortográficos**. Acolheram esta normativa a ASPG (*Asociación Sócio-Pedagóxica Galega*), a APLL (*Asociación de Profesores de Lingua e Literatura*) e a CIG (*Central Inter Sindical Galega*). Adota critérios próximos da Autonomista e da normativa dos máximos ortográficos. (COSTAS CASAS et al., 1988).

d) Uma atitude mediadora, surgiu em 1999, na qual a ASPG, o *Instituto da Lingua Galega*, e as universidades da Galiza, a saber, Vigo, A Corunha e Santiago de Compostela elaboraram uma proposta de unificação normativa que resultou nas **Normas de Concordia para tentar pôr fim à dissensão entre as normativas**. A *Real Academia Galega* a aprovou em 12 de julho de 2003. Esta foi a última atualização proposta com a finalidade de pôr fim a uma dissensão. e que esta norma seja a única a ser veiculada. Ainda que não

seja aceita por alguns intelectuais, a proposta é de que seja a única a ser veiculada, ainda que tenha variação:

“Para aqueles casos em que se oferecem várias possibilidades, independentemente de que estas estejam na fala ou em usos escritos ou sejam de uso geral, o texto destas Normas vai acompanhado de notas, impressas em letras menores. Estas notas tratam de explicar as razões que motivaram as propostas normativas...As próprias Normas foram redigidas escolhendo, dentre duplas alternativas, aquelas opções que pareceram mais recomendáveis”. (REAL ACADEMIA GALEGA, 2005, p.7).

A norma oficial encontra resistência por parte de várias associações, entre elas Associação Galega da Língua (AGAL), Associação de Amizade Galiza-Portugal (AAG-P), Academia Galega da Língua Portuguesa. As atribuições destas associações concentram-se em editar livros, promover colóquios, debates e difundir a normativa em todos os âmbitos sociais.

Considerações finais

Normatizar uma língua é extremamente complexo, ainda mais em um território diglósico. A língua galega concorre com o castelhano, cuja língua dispõe de uma ortografia fixada há séculos, normas para a pronúncia, gramáticas elaboradas, dicionários, vocabulário. Normatizar uma língua leva tempo e compreende diversos fatores. Uma ortografia unificada exerce uma função centrípeta e tem uma importância capital na elaboração de pertencimento a uma mesma comunidade linguística que, no caso da língua galega, apesar de ser uma variedade românica aparentada com o castelhano, pelo exposto ao longo deste texto, possui um passado histórico-cultural diferente.